

A Psicologia de C. G. Jung e o Enraizamento Cultural: Reflexões sobre a saúde mental na *América Ladina**

Pamela Cristina Salles da Silva

Artigos



RESUMO

Este estudo apresenta a relação entre a Psicologia Complexa de Carl Gustav Jung e o enraizamento cultural na *América Ladina* (conforme o conceito de Lélia Gonzalez), destacando a importância das raízes culturais para a saúde mental. Com base nas reflexões de intelectuais da diáspora africana, o presente texto discute como o desenraizamento resultante da colonização e diáspora pode levar à crise de identidade e problemas psíquicos, especialmente entre afrodescendentes e indígenas. A analogia das plantas, com suas raízes e rizomas, é utilizada para ilustrar como a reconexão com as tradições culturais e a valorização das raízes ancestrais são essenciais tanto para o processo de individuação quanto para o bem-estar psíquico. A falta de conexão com a própria história e cultura pode gerar sentimentos de alienação e desorientação psíquica, como observado também por Jung. Considera-se que, no contexto da *América Ladina*, práticas culturais como a contação de histórias, festividades, cerimônias de origem afro-brasileiras e indígenas, entre outras formas de resistência cultural, desempenham um papel crucial na preservação da identidade individual e coletiva, bem como na promoção da saúde mental. Conclui-se que o enraizamento cultural é fundamental não apenas para a sobrevivência, mas, principalmente, para a resistência sensível dos indivíduos e para a prosperidade das comunidades afrodescendentes e indígenas, oferecendo um caminho para a saúde e permitindo a continuidade das tradições culturais em um mundo marcado pelo desenraizamento e pela alienação.

Palavras-chave: Enraizamento Cultural; Psicologia Analítica; *América Ladina*; Resistir Sensivelmente; Saúde Mental.

* Texto decorrente de apresentação oral realizada no XVII Seminário Interfaces da Psicologia da UFRRJ - Interseccionalidades para a Psicologia: Desafios e possibilidades atuais, realizada em agosto de 2024. Seu conteúdo é parte integrante da pesquisa de doutorado que a autora realiza na mesma instituição, aqui adaptado segundo as normas de publicação da revista.

Introdução

A narrativa sobre a história da América Latina costuma ser apresentada a partir da “descoberta europeia”, como se não houvesse nada de significativo na região antes de tal evento. No entanto, é fundamental reconhecer que a modernidade, um período histórico que se inicia aproximadamente no século XV, é marcada pela imposição cultural e política de países europeus sobre outras regiões do mundo, modelo que foi posteriormente seguido pelos Estados Unidos. Essa hegemonia europeia, que se fundamenta em uma visão de mundo centralizada em uma única divindade, se caracteriza por práticas de exploração e saqueamento das riquezas locais, além da invasão e subjugação dos povos nativos, frequentemente vistos como “primitivos” ou subdesenvolvidos. Este comportamento funda os padrões políticos que hoje conhecemos como colonialismo e neocolonialismo, definidos por uma forma específica de pensar e agir sobre territórios e povos que não pertencem originalmente aos dominadores, negando a diversidade ontológica, epistemológica e tecnológica das culturas locais, impondo-lhes o modelo hegemônico (SODRÉ, 2012).

A autopercepção europeia, que se considerava uma civilização consciente e racional, encontrou seu alicerce em uma filosofia cartesiana caracterizada por um pensamento binário e materialista, formando uma cosmovisão monoteísta dominante que foi disseminada como um modelo universal, moldando assim a visão do mundo ocidental. Tudo o que não se enquadrava nesse paradigma era considerado anormal, inadequado ou desumano. O psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (2013), embora oriundo do “coração da Europa”, como ele próprio definia a Suíça em termos territoriais e sociais, observava essa ideia como uma expressão do “espírito da época”, e a identificava como uma unilateralidade psíquica que afastava o europeu de seu inconsciente (o desconhecido em si mesmo e no mundo) e da natureza. Jung chegou a afirmar que:

Todos os homens [precisam do conceito de Deus], exceto alguns espécimes recentes do “*homo occidentalis*”, particularmente dotados de inteligência, super-homens cujo “Deus está morto” – razão pela qual eles próprios se transformam em deuses, ou seja, deuses enlatados, com crânios de paredes espessas e coração frio (JUNG, 2013, p. 110).

Atualmente, as consequências dessa cosmovisão ocidental, ou da pan-europa, como menciona Muniz Sodré (2012), manifestam-se como uma separação dualista da vida, seja no nível individual, contrastando mente-corpo e razão-emoção, seja no nível coletivo, com as dicotomias sociedade-indivíduo e homem-natureza. Essa dualidade nega e persegue culturas que coexistem entre si e em

harmonia com a natureza, contribuindo para uma ampla crise de saúde mental, social e ambiental que coloca em risco a vida no planeta.

Viver de maneira sensível é um desafio no contexto dessa vida contemporânea tão influenciada pelo pensamento e pela ação de origem pan-europeia, assim como pela rapidez e pela exigência de respostas imediatas e lineares aos eventos experienciados. Na busca por uma postura que seja não apenas crítica, mas também sensível e integradora, é importante reconhecer que o Brasil é um país de dimensões continentais, onde convivem diversos povos, línguas e tradições. Lélia Gonzalez, uma das mais importantes intelectuais brasileiras, nos auxilia nessa visão, oferecendo uma crítica profunda e inovadora ao olhar tradicional sobre a formação histórico-cultural do Brasil, reconhecendo que na verdade, enquanto brasileiros, integramos uma *América Ladina*:

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: *América Ladina* (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são *ladino-amefricanos* (GONZALEZ, 1984).

Em sua obra, Gonzalez desafia a narrativa dominante que retrata o Brasil como uma nação construída sobre um inconsciente coletivo essencialmente europeu e branco, derivado dos colonizadores. Ela propõe, ao invés disso, que o Brasil deve ser entendido como uma “América Africana”, onde a cultura africana não apenas contribuiu significativamente, como está entrelaçada de maneira indissolúvel.

Gonzalez (1984) introduz o conceito de *América Ladina* para capturar essa complexa realidade cultural. Ao substituir o “T” de “Latina” por um “D”, ela sugere uma reconfiguração da latinidade que reconhece e valoriza as profundas raízes africanas presentes na formação cultural do Brasil e das Américas. Segundo ela a *América Ladina* é um espaço onde a influência africana molda a vida cotidiana, os valores e as identidades, ultrapassando a simples ideia de um país latino-americano, sendo assinalada a partir da pronúncia típica das ancestralidades africanas.

A autora argumenta ainda que o racismo, fator basilar no Brasil, é o sintoma central de uma neurose cultural que nasce da tentativa de negar ou minimizar a influência africana na identidade nacional. Para Gonzalez, todos os brasileiros, não apenas aqueles identificados como “pretos” ou “pardos” pelo IBGE, são na verdade “*ladino-amefricanos*”. Isso significa que todos compartilham, consciente

ou inconscientemente, dessa herança africana que está profundamente enraizada na formação do país (GONZALEZ, 1984).

A intelcpluralidade¹ de Gonzalez (1984) ressignifica a identidade brasileira, oferecendo um novo quadro teórico que reconhece a pluralidade e a complexidade das influências culturais no Brasil. Sua visão vai além de desafiar as percepções tradicionais sobre raça e identidade, propondo uma integração mais ampla e inclusiva das múltiplas heranças culturais que compõem o Brasil, destacando a importância de reconhecer e valorizar as contribuições africanas como parte central da história e da cultura brasileira.

Durante uma viagem pelos Estados Unidos da América, Jung observou algo próximo do que é apontado por Lélia Gonzalez, no que tange as marcas características do povo americano, o que o fez afirmar a existência de diferenças entre os brancos europeus e os brancos da América do Norte. Considerando se tratar de peculiaridades que diferenciam significativamente esses povos, ele concluiu que:

(...) há muitos negros nos Estados Unidos que são as figuras mais impressionantes. E alguns Estados têm predominância negra, fato que surpreende o ingênuo europeu que sempre acreditou que a América é um país de brancos. Não é um país de brancos, é malhado, e nada se pode fazer quanto a isto (JUNG, 2013, p. 961).

Sabe-se que a abordagem complexa de Carl Gustav Jung sobre a psique humana é profundamente enraizada na consideração do inconsciente coletivo e das influências culturais que compõem o indivíduo (ARAUJO, 2002). Logo, a afirmação acima é um exemplo de como esse autor se dedicava, empiricamente, a observar as dinâmicas culturais e grupais. No entanto, diante dos índices sociais e sofrimentos derivados do racismo, não basta afirmar que existe uma “miscigenação”, seja ela cultural, social ou biológica, é preciso compreender verdadeiramente o impacto da cultura na saúde mental. Reflexão esta que se torna ainda mais relevante quando consideramos a história de colonização, desafricanização da diáspora e marginalização dos povos africanos e indígenas, que configura a realidade complexa e multifacetada da *América Ladina*.

A perspectiva de Lélia Gonzalez (1984) ressalta que, mesmo com a miscigenação, o racismo funciona como um sintoma da neurose cultural brasileira, afetando todos os brasileiros, independente de raça, destacando a importância do enraizamento cultural como um possível antídoto para essa condição. Neste contexto, a Psicologia Complexa de Jung que, já no século passado, observava as configurações psíquicas

¹ Intelcpluralidade é um conceito definido pela Dra. Bárbara Carine no livro *Como Ser um Educador Antirracista: Para familiares e professores* como uma categoria decolonial pautada “na ruptura com o modelo único de intelectualidade imposto pela óptica brancocêntrica ocidental que prevê uma ritualística epistêmica e performática para a constituição do/da intelectual” (CARINE, 2023, p. 13).

à luz da complexidade cultural dos agrupamentos humanos e seus territórios, oferece um campo fértil para explorar as consequências do enraizamento cultural – ou a falta dele – no processo de individuação e equilíbrio psíquico.

Sendo assim, o presente estudo se propõe a fazer uma reflexão sobre o enraizamento cultural na *Améfrica Ladina* e sua relação com a saúde mental. Articulando essa discussão com a Psicologia Complexa de Carl Gustav Jung e utilizando as metáforas das raízes, rizomas e “árvores mães”, examinaremos aqui como as tradições culturais afrodescendentes e indígenas² têm sido fundamentais para a resistência sensível, em conexão com saúde psíquica e o processo de individuação. Ademais, o enraizamento cultural é aqui analisado como um fenômeno que, ao nutrir a identidade junto com a memória individual e coletiva, atua como um antídoto contra os efeitos do desenraizamento e da alienação, frutos da modernidade e colonialismo. Assim, a intelecpluralidade de indivíduos da *Améfrica Ladina* articulada com a Psicologia Complexa nos oferece subsídios para entender como a conexão com as tradições culturais é essencial para o equilíbrio psíquico e saúde mental, especialmente em contextos de opressão histórica e marginalização cultural.

Da Dispersão à Florescência: Aspectos da diáspora africana

Nei Lopes, com sua intelecpluralidade expressa na obra *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana* (2011), identificou dois momentos principais na diáspora africana. O primeiro ocorre a partir do século XV, durante o comércio de escravos, caracterizado pelo autor como um verdadeiro genocídio. Ao longo deste período, milhões de africanos foram cruelmente arrancados de suas terras e culturas, sendo espalhados de maneira forçada pelas rotas transatlânticas através do Oceano Índico e do Mar Vermelho. Esse processo não se limitou à mera dispersão física, representando uma tentativa sistemática de erradicar as identidades culturais dos africanos, forçando-os a assumir uma posição de subalternidade em terras novas e hostis.

O autor prossegue afirmando que, no século XX, um segundo momento da diáspora se manifestou com a migração de africanos para a Europa, direcionando-se principalmente para antigas metrópoles coloniais em busca de condições de vida melhores e mais oportunidades. Porém, neste contexto, que ainda estamos vivenciando, o termo

² Muito embora este estudo se apoie na tradição afrobrasileira, reforçar a concomitância de ambas as tradições culturais (talvez possamos chamar de afroindígena) se faz necessário devido ao fato de que, como culturas que foram oprimidas, ambos os grupos compartilharam e ainda compartilham muitas estratégias de resistência sensível.

“diáspora” se expande para abranger não apenas a dispersão física dos africanos, como também a sobrevivência e a transformação cultural de seus descendentes, que, apesar das adversidades enfrentadas, construíram um rico patrimônio cultural nas Américas e na Europa.

Um conceito fundamental na análise de Lopes (2011) é o de “desafricanização”, que ele caracteriza como o processo de desconstrução e apagamento sistemático das identidades culturais africanas. Tal processo foi implementado como uma estratégia deliberada pelos colonizadores e escravizadores, visando romper os vínculos dos africanos com suas origens culturais, de modo a facilitar e consolidar o domínio. A desafricanização teve início ainda em solo africano, onde os africanos eram compelidos a adotar o cristianismo e assumir nomes cristãos antes de serem embarcados para o Novo Mundo.

Essa “amputação” de suas identidades originais representava o primeiro passo na desconstrução de suas culturas e tradições. Nas Américas, esse processo de desafricanização prosseguiu com a imposição de identidades subalternas, como a de “negro”, um termo que não apenas ignorava a diversidade e a riqueza das culturas africanas, mas também as substituía por uma identidade imposta, marcada pela subjugação e pela inferioridade. Os escravizadores impuseram distinções grupais como “da costa” e “crioulo”, “boçal” e “ladino”, todas projetadas para minar a coesão cultural e a memória coletiva dos africanos, isolando-os de suas origens e enfraquecendo sua resistência (LOPES, 2011).

A desafricanização, embora tenha sido uma estratégia opressiva para desconstruir as identidades africanas, não conseguiu eliminar completamente as raízes culturais dos africanos. Em vez disso, essas raízes se adaptaram, se enraizaram em novas terras e continuaram a florescer, contribuindo para a diversidade cultural e civilizacional do mundo contemporâneo. Dessa forma, os africanos conseguiram preservar e transformar suas tradições na diáspora, criando expressões culturais que resistiram ao processo de desafricanização. As religiões afro-brasileiras, a música afro-americana e outras manifestações culturais são exemplos dessa resistência, demonstrando como as raízes africanas, mesmo em solo estrangeiro, continuaram a florescer e a influenciar o mundo. Assim, é possível observar a diáspora africana não apenas como um processo de dispersão e desagregação, mas também como uma história de resistência cultural (LOPES, 2011).

Os heróis da primeira diáspora africana viajaram para a Europa e a Ásia para plantar as primeiras sementes da humanidade (...) os rebentos dessa árvore humana plantada durante aquela diáspora africana se enraizaram e floresceram, todos os que vivem hoje podem identificar nesse tronco suas ascendências (FORD, 1999, p.41).

Essa frase de Clyde W. Ford é, em si mesma, um ato de resistência cultural, pois reconhece que a primeira diáspora do povo africano se deu muito antes do século XV, retirando das mãos dos colonizadores a primazia da expansão do povo preto pelo mundo. De maneira eloquente e simbólica, o autor defende a contribuição fundamental dos povos africanos para a formação da humanidade, utilizando a metáfora de uma árvore para ilustrar o impacto duradouro da primeira diáspora africana na história global, como algo que semeou sementes da humanidade pelo mundo.

Assim, o estudioso e autor da obra *O Herói com Rosto Africano: Mitos da África* (1999) se refere aos participantes dessa diáspora como “heróis”, um termo que eleva esses indivíduos a um *status* de honra, reconhecendo o papel central que desempenharam na disseminação de culturas e civilizações por todo o globo. Ele argumenta que esses africanos antigos, ao migrarem para a Europa e a Ásia, “plantaram as primeiras sementes da humanidade” (FORD, 1999), sugerindo que a base da civilização global tem suas raízes na África.

A metáfora continua ao descrever os “rebentos” dessa árvore humana, que se “enraizaram e floresceram” ao longo do tempo. Nesta obra, Ford ilustra como as culturas e civilizações derivadas dessas primeiras migrações africanas não apenas sobreviveram, mas prosperaram, estabelecendo-se profundamente em várias partes do mundo. Assim, a imagem dessa árvore com raízes fortes e ramos diversos simboliza a interconexão de todos os povos, com a África servindo como o “tronco” comum de onde tudo se originou.

Sua conclusão é particularmente poderosa, afirmando que “todos os que vivem hoje podem identificar nesse tronco suas ascendências” (FORD, 1999). Essa declaração universaliza a conexão com a África e sugere que, independente das diferenças culturais, raciais ou geográficas, todos os seres humanos compartilham da mesma origem. Nessa expressão metafórica Ford não apenas destaca a importância da África para a formação da civilização global, como também desafia narrativas que marginalizam ou omitem as contribuições africanas à história da humanidade. Em outras palavras, ao utilizar termos como “heróis” e “plantar sementes”, o autor confere protagonismo aos povos africanos, sublinhando a ideia de que a primeira diáspora africana foi um evento seminal que deu origem a grande parte da diversidade cultural e civilizacional que vemos hoje, ocorrendo muito antes do século XV.

Tais ideias em articulação com as observações de Nei Lopes (2011) nos levam a compreender a diáspora africana como uma rede de processos que vão desde o início daquilo que conhecemos como humanidade, expandindo-se em territórios para além da África, passando pelo deslocamento forçado decorrente do período escravagista e alcançando os dias de hoje com a emigração de africanos

para a Europa, muitos dos quais trouxeram traumas que afetam a todos nós. Mas tais processos se expressam também em seu caráter positivo, como a propagação de sabedoria e resistência, sendo talvez essa a grande marca da diáspora africana pelo mundo. Através dessa metáfora poderosa de dispersão das sementes por diferentes territórios, o autor conecta as migrações africanas ao processo de “levar humanidade” para diversos locais do mundo, sugerindo que a rica diversidade cultural do mundo moderno é, em grande parte, um legado dessas primeiras sementes plantadas durante a diáspora africana. Grandes árvores cresceram nesses territórios, cujas copas, flores e frutos trazem a África consigo.

Analogias com Plantas: Raízes e rizomas como estruturas complementares

Sabemos que existem plantas aquáticas, porém, quando a palavra raiz nos vem à mente, é muito comum pensarmos em solo, assim como quando falamos em percorrer um trajeto, viajar, ir a algum lugar, pensarmos em andar e caminhar sobre o solo. Essas são constatações empíricas que nos levam a refletir sobre nossa relação com o chão, assim como com os elementos dos reinos mineral, animal e vegetal. Para melhor entender o lugar e a importância do enraizamento cultural na saúde psíquica, é útil começar com a metáfora das plantas.

As plantas, que possuem tanto raízes quanto rizomas, apresentam uma combinação de estruturas que lhes confere grande adaptabilidade e resiliência. As raízes desempenham um papel essencial na absorção de água e nutrientes do solo, além de ancorar firmemente a planta, garantindo sua nutrição constante e, portanto, sua sobrevivência imediata. Por outro lado, os rizomas, que são caules subterrâneos que crescem horizontalmente, permitem tanto a propagação vegetativa quanto o armazenamento de nutrientes, o que possibilita que a planta se espalhe por novas áreas e sobreviva em condições adversas ou em ambientes mutáveis (FONSECA, 2023).

Em comparação, plantas que possuem apenas raízes dependem exclusivamente desta estrutura tanto para a absorção de nutrientes quanto para ancoragem, sendo assim menos adaptáveis em solos pobres ou onde a propagação vegetativa seria benéfica. Já as plantas que possuem somente rizomas, como algumas gramíneas, têm a capacidade de se espalhar rapidamente e colonizar novas áreas, mas, sem raízes robustas, podem ser menos eficientes na absorção de nutrientes e mais vulneráveis em solos instáveis ou secos (FONSECA, 2023).

As plantas que possuem raízes e rizomas simultaneamente combinam essas duas estruturas complementares, tornando-se

mais resistentes e adaptáveis em comparação àquelas que possuem apenas uma dessas características. Essa integração confere às plantas uma vantagem evolutiva significativa, permitindo-lhes prosperar em diversos ambientes e condições (Fonseca, 2023). As raízes e os rizomas, estruturas fundamentais para a sobrevivência das plantas, podem ser vistas como representações metafóricas das diferentes maneiras pelas quais os seres humanos se conectam com suas culturas e histórias. As raízes vegetais penetram profundamente no solo, absorvendo nutrientes e água, proporcionando estabilidade e sustentação, da mesma forma, as raízes culturais de uma pessoa oferecem uma base sólida de senso de si mesma, de sentido de vida e pertencimento, permitindo que o indivíduo se sinta seguro e conectado à sua história, grupo social, tempo e lugar, muito embora se desloque globalmente.

Por outro lado, os rizomas vegetais, que crescem horizontalmente sob a superfície, representam uma forma de propagação e adaptação que é menos óbvia, mas igualmente crucial, simbolizando as maneiras pelas quais as culturas se disseminam, se adaptam e se transformam ao longo do tempo. Para muitos povos em diáspora que foram forçados a deixar suas terras ancestrais, os rizomas culturais representam a capacidade de preservar e adaptar aspectos essenciais da sua cultura, mesmo em novos contextos geográficos e sociais.

Pensar nas raízes e rizomas como estruturas complementares oferece uma poderosa metáfora para compreender a importância do enraizamento cultural, bem como da preservação da identidade em contextos de diáspora e colonização. Para aprofundar essa analogia e explorar suas implicações mais amplas, é possível introduzir o conceito de “árvore mãe”, uma ideia desenvolvida por Suzanne Simard (2022).

“Árvores mães” são as árvores mais antigas e maiores em uma floresta que, através de suas raízes, compartilham nutrientes e informações com outras plantas, especialmente as mais jovens. As árvores mães criam uma rede subterrânea de apoio, onde fungos micorrízicos conectam as raízes das árvores, permitindo a troca de recursos essenciais e facilitando a sobrevivência de toda a comunidade florestal. Isso significa que as árvores mães não apenas sustentam suas próprias espécies, como também ajudam a manter o equilíbrio de todo o ecossistema ao cuidar das plantas ao seu redor (Simard, 2022).

O conceito de “árvore mãe” enriquece ainda mais a compreensão sobre como as culturas e as identidades podem ser sustentadas e nutridas em condições adversas. As raízes, como já mencionado, são fundamentais para a sobrevivência das plantas, fornecendo água, nutrientes e estabilidade, representando a conexão profunda com a terra ou, no caso das culturas, com as tradições e histórias ancestrais que sustentam a identidade de um povo. Em contraste, os rizomas são caules subterrâneos que se espalham horizontalmente,

permitindo a propagação vegetativa e a adaptação a novos ambientes. Eles simbolizam a capacidade de uma cultura de se adaptar, resistir e crescer em novos contextos, mesmo após deslocamentos forçados, como a diáspora.

Logo, quando aplicamos esses conceitos como uma metáfora para o contexto cultural e psicológico, podemos pensar nas “árvores mães” como figuras ou elementos centrais em determinada cultura, como Mestras e Mestres de saber que nutrem e sustentam as comunidades continuamente; Esses indivíduos, especialmente em tempos de crise, ofertam o cabedal de sabedoria que acumularam ao longo dos tempos em um movimento rizomático, para que os novos membros possam vigorar criativamente, transformando e renovando a cultura local. Essas árvores mães podem ser líderes comunitários, mestres culturais, contadores de histórias, escultores, tecelãs, raizeiros, vaqueiros, artesãos, curadores, agricultores, repentistas, cancioneiros das tradições orais e demais nomenclaturas que a sabedoria popular brasileira vem indicando ao longo dos tempos. Enfim, são pessoas que mantêm viva a cultura e o acesso à memória coletiva, garantindo a transmissão de conhecimentos e valores essenciais a determinadas comunidades.

Árvores Mães na *América Ladina*: Enraizamento cultural e saúde mental

No contexto da *América Ladina*, as raízes culturais representam a profunda conexão com as tradições africanas e indígenas, que, apesar de séculos de opressão e marginalização, continuam a alimentar as identidades das comunidades afrodescendentes e indígenas ou até mesmo afroindígenas. Essas raízes são essenciais para a sobrevivência, resistência e existência dessas culturas, proporcionando aos seus membros um sentido de pertencimento e de continuidade. Os rizomas, por outro lado, ilustram como essas culturas foram capazes de se adaptar e se transformar em novos contextos, mesmo diante do desenraizamento forçado pela colonização e pela escravidão.

Lélia Gonzalez (1984) utiliza noções de cultura e memória para explorar como as práticas culturais refletem tanto o conhecimento reprimido quanto as narrativas dominantes na sociedade brasileira. Esse exercício empírico e intelectual é central para entender sua análise sobre as dinâmicas raciais e de gênero no Brasil, especialmente no que diz respeito à construção das identidades culturais brasileiras.

Para a autora, é através da consciência de uma única “identidade cultural nacional” que se estruturam e se perpetuam as narrativas hegemônicas, como o mito da democracia racial no Brasil. A consciência é, portanto, o lugar do “desconhecimento”, do encobrimento e da alienação. Em outras palavras, essa consciência cultural é aquilo

que é promovido e aceito socialmente como “verdade”, mas que muitas vezes oculta as realidades de opressão e desigualdade e, principalmente, a pluralidade de culturas que coexistem nesse território (GONZALEZ, 1984).

O discurso da democracia racial — a ideia de que não há racismo no Brasil e que todos os grupos étnicos convivem harmoniosamente — é um exemplo da construção dessa consciência, servindo apenas para mascarar as profundas desigualdades raciais existentes no país. Esse discurso, disseminado pela ideologia dominante, esconde as experiências e as contribuições da população negra, promovendo uma visão distorcida da realidade. Daí a observação recorrentemente apontada González (1984) de que, em termos de nação, aqui existe uma grande neurose.

Sendo assim, o âmbito do inconsciente, isto é, aquilo que apesar de desconhecido age sobre nós, emerge como um aspecto importante nessa discussão. Algo que leva Gonzalez a definir a “memória” como o espaço do “não-saber que conhece”, ou seja, aquilo que foi excluído da consciência dominante, mas que ainda persiste de maneira latente. Enquanto memória cultural, esse âmbito inclui as histórias, tradições, saberes e experiências que foram suprimidos ou marginalizados pelo discurso hegemônico, mas que continuam a influenciar e moldar a cultura de maneira significativa (GONZALEZ, 1984).

Sendo a memória o lugar onde se guardam as experiências da população negra no Brasil, desde a resistência à escravidão até a preservação das tradições africanas, mesmo que essas experiências tenham sido sistematicamente reprimidas ou desvalorizadas, elas continuam a emergir na cultura popular, nas práticas religiosas, na linguagem e nas expressões artísticas afro-brasileiras. A memória, portanto, oferece uma contraposição à consciência, revelando verdades ocultas e desafiando as narrativas impostas pela ideologia dominante. Em resumo, para a Gonzalez (1984) a cultura como memória e consciência representa a luta entre as narrativas dominantes que tentam encobrir as realidades de opressão (consciência), além de esconder as verdades suprimidas que, não obstante, continuam a viver e a influenciar a cultura de maneira profunda e significativa (memória). Essa noção é crucial para entender como a “cultura brasileira” é ao mesmo tempo um campo de dominação e de resistência.

É importante observar que a afirmação de Lélia Gonzalez (1984) está próxima do que se considera “inconsciente” a partir de uma perspectiva psicanalítica. Apoiando-se em Freud e Lacan, sua abordagem sobre consciência e memória se refere ao conflito entre algo que desconhecemos ou de que não temos ciência, e algo que foi retirado da consciência, mas que ainda existe “em algum lugar”, de onde influencia a vida a partir do que chamamos de memória. Nessa dialética entre conteúdos que “tomam” a consciência e conteúdos que

são “suprimidos” desta, encontram-se tanto o campo da dominação sócio-histórica e racial quanto as possibilidades de resistência. O que leva Gonzalez a frisar a importância de “recuperarmos nossa memória racial”, destacando o investimento no que hoje chamamos de letramento racial e as demais modalidades de fortalecimento, difusão e ensino das culturas negra e indígena.

Porém, devemos lembrar que, para além daquilo que é suprimido da consciência individual ou coletiva, existe algo que não provém diretamente dessa consciência: o inconsciente coletivo.

Enquanto para Freud o inconsciente é uma função da consciência [enquanto derivado de repressões e deslocamentos de conteúdos advindos da consciência], eu o considero como uma função psíquica independente, anterior e oposta à consciência. Segundo esta concepção, o inconsciente pode ser dividido em pessoal e coletivo. Este último é uma disposição psíquica, independente de tempo e raça, para o funcionamento regular. Seus produtos podem ser comparados aos “motivos mitológicos”. Apesar da origem autóctone dos primeiros, os dois são análogos em princípio, o que é indicado por sua regularidade psicológica (JUNG, 2011, p. 93).

Na psicologia complexa de Carl Gustav Jung, é no inconsciente coletivo que estão as potências das grandes conexões, criações, realizações ou transformações — algo que as raízes profundas do psiquismo alcançam e trazem à superfície. Esse grande desconhecido compartilhado é o *locus* gerador dessa conexão entre os indivíduos e seus grupos de pertencimento, também se conectando de maneira atemporal à toda a existência.

Jung (2013) afirma que a psique humana é um fenômeno complexo e profundo que desafia os limites das categorias intelectuais tradicionais, sua natureza encerra mistérios tão vastos quanto o próprio universo, cujos sistemas de galáxias evidenciam as insuficiências da compreensão humana. Apenas um espírito desprovido de imaginação poderia negar a grandeza desses mistérios e, por conseguinte, a limitação inerente ao entendimento racional.

Sendo assim, procurar entender a alma apenas através da razão não só é insuficiente, é ingênuo e até mesmo ridículo. Em seus níveis mais profundos, a psique parece estar ligada a algo que ultrapassa as noções de espaço e tempo, uma forma de existência que é inadequadamente chamada de “eternidade” no discurso simbólico. Segundo Jung (2013), essa existência transespacial e transtemporal da psique existe inegavelmente, pois há uma inclinação na psique humana para essa crença desde tempos imemoriais. Mesmo que a ciência, com sua “metodologia rigorosa”, responda que “não há provas”, essa inclinação universalmente presente faz parte da sabedoria antiga da humanidade, e ignorá-la pode resultar em uma desconexão perigosa com a própria essência do ser humano.

O autor alerta ainda que a dúvida, a resistência às tradições, a ausência de coragem ou de vivência psicológica e a falta de conhecimento podem levar as pessoas a se afastarem dessas “verdades inatas da alma” — entendidas como as verdades instintivas e profundas da psique, aquilo que todos nós sentimos instintivamente —, correndo o risco de se perderem em uma existência desorientada e desprovida de sentido, manifestando sintomas de inferioridade psíquica. Algo que Jung (2013) entendeu como a base de uma certa agitação neurótica amplamente observada na sociedade contemporânea, que, por sua vez, leva à falta de sentido da existência.

Para o psiquiatra suíço, esses sintomas se refletem no desenraizamento e na desorientação, característicos de uma época distanciada das tradições ancestrais e marcada pela crença ingênua de que mudanças radicais na natureza humana ou na sociedade podem ocorrer de maneira súbita. São aspectos oriundos da modernidade que fundamentam uma visão utópica sobre a vida, acreditando na descoberta de uma fórmula ou de verdades novas, capazes de iniciar uma nova era rapidamente, o que Jung em entrevista disponível no documentário *Questão do Coração* (1983) afirmou se tratar de um erro sociológico e psicológico grave:

O homem sempre viveu no mito, e, no entanto, achamos que podemos nascer hoje e não viver em mito, sem história. Isso é uma doença! É absolutamente anormal, porque o homem não nasce a cada dia. Ele uma vez nasceu em um cenário histórico específico com suas qualidades históricas específicas e dessa forma ele só é completo quando tem um relacionamento com essas coisas. É como se você nascesse sem olhos e ouvidos quando você está crescendo sem conexão com o passado. A partir da [perspectiva atual] da ciência, você não precisa de conexão com o passado; pode-se livrar-se dele, e isso é uma mutilação do ser humano. (WHITNEY; VAN DER POST, 1983).

Sendo assim, acreditar que não temos ligação com a história, o passado e suas tradições repletas de símbolos conectados às tendências humanas básicas, como se tais instintos pudessem mudar radicalmente de um momento para outro, é desconsiderar a complexidade e a profundidade da psique.

Araújo (2002), analisando a posição de Carl Gustav Jung em relação à cultura, afirma que para o psiquiatra suíço a cultura é uma parte essencial da psique humana e está intimamente ligada à sua teoria do inconsciente coletivo. Jung acreditava que a cultura não apenas molda a psique individual, como também está impregnada de elementos inconscientes que compartilham raízes com o inconsciente coletivo, que contém os arquétipos universais. A cultura reflete tanto a história coletiva da humanidade quanto as experiências específicas de um grupo social, influenciando a maneira como os indivíduos percebem e interagem com o mundo. Jung viu a cultura como um

sistema simbólico que oferece meios para expressar o inconsciente através de mitos, ritos e símbolos que são próprios de cada sociedade.

Além disso, o autor reconheceu a diversidade cultural e as diferenças que existem entre os indivíduos de diferentes culturas, argumentando que a cultura influencia a psique de maneiras distintas dependendo do contexto histórico, geográfico e étnico, além de ver o trabalho com os símbolos culturais como fundamental para a compreensão profunda da psique humana (JUNG, 1986). O conceito de inconsciente cultural surge como uma evolução dessas ideias, reconhecendo que além do inconsciente pessoal e coletivo existem camadas culturais que influenciam profundamente o comportamento e a identidade dos indivíduos, onde a cultura condiciona a natureza humana de maneiras que ultrapassam os arquétipos universais, envolvendo aspectos históricos e sociais específicos (ARAUJO, 2002).

As explicações sobre cultura e inconsciente cultural estão intimamente ligadas na perspectiva junguiana. A cultura é vista como um sistema de símbolos, mitos e rituais que refletem e moldam o inconsciente coletivo e individual, como um meio através do qual o inconsciente se manifesta e se expressa. Assim, a cultura não é apenas um produto da psique humana, é também um fator que influencia profundamente a formação da identidade individual e coletiva, conectando-se aos arquétipos e símbolos partilhados por uma comunidade que, por sua vez, ajudam a dar sentido à experiência humana (JUNG, 1986).

Posteriormente, através das ideias dos autores que deram continuidade à Psicologia Complexa, surge o conceito de “inconsciente cultural”, emergindo da necessidade de compreender como esses elementos culturais se incorporam ao inconsciente, como algo que permanece influenciando o comportamento e a psique de maneiras que vão além do inconsciente pessoal e do inconsciente coletivo. O inconsciente cultural, como discutido por autores como Joseph Henderson, refere-se à camada da psique que contém influências culturais específicas, como os mitos, os ritos e os valores que são transmitidos socialmente. Henderson coloca o inconsciente cultural entre o inconsciente coletivo e o pessoal, destacando que muito do que Jung originalmente considerava pessoal pode, na verdade, ser condicionado culturalmente. Autores como Michael Adams e Frantz Fanon expandem essa ideia ao considerar como as histórias, traumas e vivências culturais moldam o inconsciente de grupos específicos, especialmente em contextos multiculturais ou de colonização, argumentando que a psique humana é, em grande parte, formada por experiências culturais compartilhadas que são passadas de geração em geração (ARAUJO, 2002).

A cultura, então, pode ser vista como o conteúdo que preenche o inconsciente cultural. Enquanto o inconsciente coletivo

trata dos arquétipos universais presentes em toda a humanidade, o inconsciente cultural lida com os aspectos específicos de uma determinada cultura que influenciam a forma como os indivíduos pensam, sentem e agem. A cultura se relaciona com os símbolos e mitos do inconsciente cultural, moldando as identidades individuais e coletivas. Assim, cultura e o inconsciente cultural são interdependentes: a cultura alimenta o inconsciente cultural com seus símbolos e mitos, enquanto o inconsciente cultural, por sua vez, influencia e é refletido na cultura de um povo. Assim, o entendimento da psique humana, na visão desses autores, não pode ser completo sem considerar o papel crucial da cultura e de suas manifestações no inconsciente cultural (ARAUJO, 2002).

Nessa linha de raciocínio, existem espaços sociais brasileiros que resistem sensivelmente, valorizando a relação com a cultura e seus desdobramentos, são lugares que contrariam a tendência de prescindir da conexão com o passado, por exemplo, os terreiros de religiões vinculadas à matriz africana, como a Umbanda. Estes espaços têm uma importância fundamental para as comunidades onde atuam, não apenas como lugares de prática religiosa, mas também como centros de apoio social, cultural e de saúde, desempenhando um papel vital na preservação de tradições ancestrais, no fortalecimento das identidades culturais e na promoção da saúde mental e física de seus membros, por meio dos vínculos e aprendizagens ali estabelecidos. Além disso, os terreiros são locais de resistência, de combate ao racismo e à intolerância religiosa, oferecendo um senso de comunidade e pertencimento para aqueles que frequentam (SILVA; SANTOS, 2020).

Nestes locais se mantêm relações e práticas que funcionam concomitantemente como raiz e rizoma dessas culturas vinculadas às tradições ancestrais e as “verdades inatas da Alma”, permitindo que tais tradições não apenas sobrevivam como se reinventem, mantendo a conexão com suas origens enquanto se adaptam às novas realidades. As mães de santo no Candomblé, por exemplo, podem ser vistas como “árvores mães” em muitas comunidades afro-brasileiras. Além de liderar rituais e cerimônias, elas transmitem conhecimentos ancestrais, conectam os membros da comunidade às suas raízes espirituais e culturais, oferecendo suporte emocional e espiritual. Da mesma forma, contadores de histórias que preservam e transmitem as tradições orais também atuam como árvores mães, nutrindo a identidade coletiva e garantindo que as histórias e lições do passado continuem a guiar o presente e o futuro.

É possível observar esses processos em outras práticas culturais, com ou sem âmbito religioso explícito, como nas andanças dos bate-bolas, na Congada, nas Festas do Divino, de Nossa Senhora do Rosário, do Círio de Nazaré, nas Cavalhadas, no Carnaval, na Folia de Reis, entre muitas outras expressões culturais, artísticas e espirituais que nascem, florescem e se espalham em diferentes partes do Brasil.

Sempre e uma vez mais, como brotos de rizomas cujas raízes se conectam ao lençol freático subterrâneo do inconsciente coletivo, nutrindo o inconsciente cultural e renovando o cabedal de saberes tanto ancestrais quanto cotidianos dos indivíduos, grupos e territórios.

As metáforas das raízes, rizomas e árvores mães revelam uma interconexão profunda entre os elementos que sustentam uma cultura e a saúde psíquica de seus membros. Interessante lembrar que, ao analisar a questão da “mãe preta” na sociedade brasileira, Lélia Gonzalez nos apresenta uma imagem individual significativa da extensão e complexidade do que estamos aqui nomeando como “árvore mãe”:

(...) ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. (...) Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira (GONZALEZ, 1984, p. 235).

Sem “árvores mães” (e aqui colocamos que a questão de gênero não é um fator determinante), isto é, sem membros que possuam raízes profundas e fortes em suas ancestralidades, as culturas podem perder o sentido tanto de identidade quanto de continuidade, e a transmissão de conhecimentos e valores essenciais pode ser comprometida, deixando as comunidades mais vulneráveis... Sem rizomas, elas podem falhar em se adaptar e sobreviver em novos ambientes.

As árvores mães, como guardiãs da memória coletiva e da sabedoria ancestral, desempenham um papel crucial nesse processo, garantindo que as raízes culturais sejam mantidas e que os rizomas possam se expandir, nutrindo as novas gerações e garantindo a transformação e continuidade da cultura.

Considerações Finais

Em um cenário ideal, o acesso equilibrado às raízes culturais e aos rizomas adaptativos seria garantido, promovendo a continuidade e a renovação das tradições. Contudo, a realidade da colonização, escravização e diáspora impôs um desenraizamento profundo a muitos grupos na *América Ladina*, com consequências significativas para a saúde mental e o processo de individuação. Esse desenraizamento, ao desconectar as pessoas de sua história transgeracional, compromete a percepção do sentido de vida e a construção de uma identidade integrada, fatores essenciais para a consciência de si e do mundo.

A análise das influências culturais e históricas que moldam a identidade brasileira, especialmente no contexto da *América Ladina*, revela uma intrincada rede de relações entre cultura, memória e saúde mental. As metáforas das raízes, rizomas e árvores mães não servem apenas como uma ferramenta analítica poderosa, mas também como um guia para entender como as tradições culturais afrodescendentes e indígenas permanecem vitais para a preservação da saúde psíquica e para a construção de identidades resilientes, mesmo após séculos de opressão e marginalização.

Lélia Gonzalez constrói uma crítica inovadora ao confrontar a narrativa dominante que retrata o Brasil como uma nação essencialmente europeia. Ao ressignificar o Brasil como *América Ladina*, Gonzalez propõe que a identidade brasileira está profundamente enraizada nas influências africanas e indígenas, que, apesar de historicamente suprimidas, continuam a desempenhar um papel central na formação cultural do país. A autora nos convida a reconhecer que a supressão dessas raízes culturais resulta não apenas em uma crise de identidade, como também em sérios desafios para a saúde mental coletiva, exacerbados pela perpetuação do racismo e da desigualdade social.

O enraizamento cultural, quando articulado com a Psicologia Complexa de Carl Gustav Jung, permite uma compreensão aprofundada do papel que a cultura desempenha no processo de individuação e no equilíbrio psíquico. Jung, ao enfatizar a importância do inconsciente coletivo, sugere que as tradições culturais são mais que um reservatório de sabedoria ancestral, são fontes vitais de nutrição psíquica que conectam os indivíduos a um senso mais profundo de pertencimento e continuidade histórica. A perda dessa conexão, ou o desenraizamento, pode levar a uma alienação psíquica, manifestada em sintomas de desorientação e falta de sentido na vida contemporânea.

O conceito de “árvore mãe”, desenvolvido pela ecologista Suzanne Simard e reinterpretado aqui, complementa essa visão ao destacar a importância das figuras centrais nas comunidades — aquelas que, enraizadas em suas tradições, atuam como guardiãs da memória coletiva e transmissoras de sabedoria cultural. Essas “árvores mães”, sejam elas líderes espirituais, mestres culturais ou guardiãs das tradições, desempenham um papel crucial na manutenção da saúde psíquica coletiva ao assegurar que as raízes culturais sejam mantidas vivas e que os rizomas, ou seja, as novas gerações, possam se expandir e se adaptar, garantindo a continuidade da cultura em face das adversidades.

A resistência cultural observada nas práticas religiosas de matriz africana, assim como nas festas populares e em outras expressões culturais brasileiras, exemplifica como as raízes e os rizomas trabalham juntos para preservar e renovar a identidade cultural. Esses espaços, como os terreiros de candomblé, atuam como núcleos de resistência

sensível, onde as tradições são preservadas, adaptadas e transmitidas, funcionando tanto como raízes profundas quanto como rizomas que se espalham e se adaptam a novos contextos.

Portanto, a manutenção e valorização do enraizamento cultural são essenciais não apenas para a preservação da identidade coletiva, como também para a saúde mental individual de indivíduos da diáspora africana na *América Ladina*. Ao nutrir a memória coletiva e reforçar as conexões com as tradições ancestrais, essas pessoas e comunidades encontram um sentido de pertencimento e resistência que lhes permite enfrentar os desafios da modernidade e do colonialismo. A integração das perspectivas de Gonzalez e Jung nos oferece uma compreensão mais rica e multifacetada da importância do enraizamento cultural, sugerindo que ele pode servir como um antídoto contra os efeitos desestabilizadores do desenraizamento e da alienação psíquica, especialmente em contextos de opressão histórica e marginalização cultural.

Assim, o presente estudo propôs que a saúde psíquica e o processo de individuação na *América Ladina* estão profundamente ligados ao fortalecimento das raízes culturais e à preservação das tradições, destacando a importância das “árvores mães”, sejam elas pessoas concretas ou ligações simbólicas, que desempenham um papel fundamental na sustentação dessas conexões. Por fim, a resistência sensível dessas pessoas em suas culturas, alimentada pelas raízes e rizomas, garante a sobrevivência, a vitalidade e a capacidade de florescimento das identidades culturais no Brasil contemporâneo. Através dessa metáfora, é possível vislumbrar uma integração mais harmoniosa entre passado e presente, tradição e inovação, como um caminho para o equilíbrio psíquico e para a saúde mental.

Referências

- ARAUJO, F. C. **Da cultura ao inconsciente cultural**: psicologia e diversidade étnica no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- CARINE, B. **Como ser um educador antirracista**: para familiares e professores. São Paulo: Planeta, 2023.
- FONSECA, F. S. R. Reencantar a Biologia: como cresce uma raiz quando decidimos olhar para ela? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 48, p. e125010, 2023. DOI: <http://doi.org/10.1590/2175-6236125010vs02>.
- FORD, C. W. **The hero with an African Face**: mythic wisdom of traditional Africa. New York: Bantam Books, 1999.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

- JUNG, C. G. **Civilização em transição**. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- JUNG, C. G. **A vida simbólica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 2.
- JUNG, C. G. **A natureza da Psique**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- SILVA, J. O.; SANTOS, T. R. Práticas umbandistas como aprendizagem comunitária de longa duração no Paraná. **Linhas Críticas**, São Paulo, v. 25, n. 54, p. 239-257, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/23809/27743>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- SIMARD, S. **A árvore mãe: em busca da sabedoria da floresta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- SODRÉ, M. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- WHITNEY, Mark; VAN DER POST, Laurens. **Questão do coração**. Versátil Home Video. EUA: Versátil Home Video, 1983. 1 DVD (107 min.), fullscreen 1.33:1, Dolby Digital 2.0, Região 4.

Pamela Cristina Salles da Silva é psicoterapeuta CRP 08/20935 e CRP, graduada em psicologia (Unifil), com mestrado em psicologia (UEL), doutorado em psicologia (em andamento) na UFRRJ; bolsista CNPQ; contadora de histórias; bolsista Mobilidade Cultural da Fundação Cultural Palmares; colunista da rádio UEL FM; Conselheira secretária do conselho regional de psicologia e coordenadora da comissão étnico-racial – CRP PR.

e-mail: pamelasallesilva@gmail.com; @psi.pamelasalles;
@viverecontarhistorias